FARN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE

José Emerson Firmino

Orientador: Atelmo Ferreira de Oliveira, Msc.

AGÊNCIAS DE FOMENTO: CONTABILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS

NATAL-RN
2007

FARN

JOSÉ EMERSON FIRMINO

AGÊNCIAS DE FOMENTO: CONTABILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Auditoria e Perícia Contábil da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito obrigatório para obtenção do grau de Especialista em Auditoria e Perícia Contábil.

Orientador:
Atelmo Ferreira de Oliveira, Msc.

Natal-RN
2007

FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. 0000420
03/05/08

FARN

TERMO DE APRESENTAÇÃO

JOSÉ EMERSON FIRMINO

AGÊNCIAS DE FOMENTO: CONTABILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Auditoria e Perícia Contábil da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, aprovada em _____ de _____ de _____, por:

_____

Atelmo Ferreira de Oliveira, Msc.
Orientador

FARN

AGRADECIMENTOS

Ao meu primo Bruno Geovano do Amaral Maia (in memoriam) que partiu de forma inesperada..., tinha orgulho e acreditava no seu primo. Meu companheiro, meu irmão,... Me fazendo rever meu Planejamento profissional e pessoal.

A minha mãe, tia Matilde, vovó, irmãos, Ceicinha (in memoriam), sobrinhos, tios, tias, primos e família que sempre acreditaram e me apoiaram.

A minha namorada Izabel Coelho.

A CASS – Auditores e Consultores S/S – Auditores Independentes, em especial ao Sr. Olegario, e clientes.

Por fim, ao Professor Atelmo.

FARN

RESUMO

Em meados da década de 90, ocorreu no Brasil o processo de liquidação extrajudicial da maioria das Instituições Financeiras Estaduais em virtude de fatos comprometedores das situações financeiras, surgindo as Agências de Fomentos, tendo como objetivo principal a viabilização de projetos econômicos para cada Estado, bem como a gestão de Fundo de desenvolvimentos, criados para desenvolvimento econômico-social de determinado segmento. O presente trabalho trata-se De uma pesquisa sobre a Contabilização e divulgação das informações dos referidos Fundos administrados pelas Agências de Fomentos em seus Demonstrativos Contábeis no Brasil, a luz da teoria contábil. Com base nos conceitos de ativos, visto que os Fundos contribuem com benefícios futuros e, conseqüentemente, deveria ser registrados e evidenciados nos demonstrativos contábeis das Agências, e levantamento de dados e informações das 12 (doze) Demonstrações Contábeis das Agências existentes, atualmente, no Brasil. Valendo-se de uma pesquisa exploratória, utilizando o método de levantamento bibliográfico, e documental, onde foi colhida a população para estudo. Conclui-se não existir contabilização, padronização e apresentação dos Fundos geridos pelas Agências no Brasil em seus Demonstrativos, necessitando de regulamentação específica para contabilização e evidenciação, nas quais os usuários das informações possam avaliar os reais benefícios futuros de contribuição, e riscos na tomada de decisão.

Palavras-Chave: Agência de Fomento; Fundo de Desenvolvimento; Conceitos de Ativo; Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

In the middle of the 90's decade, occurred in Brazil the process of administration liquidation of the majority of the State Financial Institutions in virtue of compromising facts of the financial situations, appearing the Agencies of Foment, that have as the main objective to make possible economic projects for each State, as well as the management of development funds, created for economic-social development from determined pursuing. The present work is about how is being carried through the Accounting and Standardization of the Funds managed by the Agencies of Foment in its financial statements in Brazil, according to the accounting theory. On the basis of the asset concepts, knowing that the Funds contribute with future benefits and, consequently, would have to be registered and evidenced in the financial statements of the Agencies, information and data collecting of the 12 (twelve) financial statements of the existing Agencies, currently, in Brazil. It is concluded that doesn't exist accounting, standardization and presentation of the Funds managed by the Agencies in Brazil in its financial statements, needing specific regulation for accounting and to evidenced, in which the users of the information can evaluate the real future benefits of the contribution, and risks in the decision making.

Keywords: Agency of Foment; Development Funds; Concepts of Assets; Financial Statements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA 10
3. METODOLOGIA.....12
4. AGÊNCIA DE FOMENTO E FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS.....13
5. CONCEITOS DE ATIVO.....16
6. CONTABILIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO 17
7. CONCLUSÃO 29
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS 30

FARN

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
IASB	International Accounting Standards Board
IFAC	International Federation of Accontants
COSIF	Plano Contábil das Instituições Financeiras
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
FAS	Financial Accounting Standard
IFT	Informações Financeiras Trimestrais
USGAAP	Generally Accepted Accounting Principles
SPE	Sociedades de Propósito Específico

1. INTRODUÇÃO

Agências de Fomentos são instituições financeiras, subordinadas à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil - BACEN, tendo como objetivo principal a viabilização de projetos econômicos para cada Estado da Federação, bem como a gestão de Fundo de desenvolvimentos. Este último criado pelos Estados para desenvolvimento econômico-social de determinado segmento.

O presente trabalho trata-se da Contabilização e Padronização dos Fundos de Desenvolvimentos administrados pelas Agências de Fomentos em seus Demonstrativos Contábeis no Brasil, ressaltando a ausência de normatização específica e objetiva por parte dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores sobre a sistemática de registro, divulgação (*disclosure*) dos valores e informações desses Fundos nas demonstrações das Agências.

A necessidade de evidenciação é embasada na conceituação adotada pela Teoria Contábil de Ativo, e levantamento de dados e informações das 12 (doze) Demonstrações Financeiras das Agências de Fomento existentes, atualmente, no Brasil, visto a relevância dos recursos financeiros que os fundos representam para essas Agências, seus efeitos de benefícios futuros, resultados econômicos e sociais para os Estados da Federação.

A globalização exige adaptação às exigências do mercado internacional, e conseqüentemente, transparência na divulgação (*disclosure*) dos valores informados nos Demonstrativos Contábeis das empresas, objetivando disponibilizar ferramentas confiáveis e padronizadas para os usuários da informação. Nesse pensamento, o BACEN emitiu o COMUNICADO 14.259, de março de 2006:

> Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pela International Federation of Accontants (IFAC)
> [...]
> Ser de fundamental importância que as instituições financeiras disponibilizem informações contábeis de alta qualidade, transparentes e comparáveis que sejam compreendidas por reguladores, analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização;
> Que a adoção de práticas contábeis e de auditoria compatíveis fortalecem a credibilidade da informação, facilitam o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho das instituições, possibilitam a otimização na alocação de capitais e contribuem para a redução de custos de captação e operacionais, nesse último caso eliminando a necessidade de elaboração, por parte das instituições com atuação internacional, de múltiplos conjuntos de demonstrações contábeis;
> [...]
> O comunicado determina que:
> 1. [...] o desenvolvimento de ação específica, a ser concluída até 31 de dezembro de 2006, com o objetivo de identificar as necessidades de convergência às normas

FARN

> internacionais de contabilidade e às normas internacionais de auditoria, promulgadas, respectivamente, pelo IASB e pela IFAC, aplicáveis às instituições financeiras.
> 2. A partir de referido diagnóstico, serão editados normativos objetivando a adoção de procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas em consonância com os pronunciamentos do IASB a partir de 31 de dezembro de 2010, bem como a observância das normas editadas pela IFAC para a prestação de serviços de auditoria independente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Na busca de uma maior transparência e padronização, observa-se que nas Demonstrações Financeiras consultadas em publicações oficiais, os valores dos Fundos de Desenvolvimentos Administrados pelas Agências não figuram nas Demonstrações, no que se refere ao Balanço Patrimonial, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração de Fluxo de Caixa e Valor Adicionado – DVA. Esses dois últimos ainda não exigidos na legislação contábil brasileira.

O registro contábil do montante gerido dá-se através de contas de compensação, conforme COSIF – Plano Contábil das Instituições Financeiras, sendo reconhecido apenas o efeito de suas operações de receitas ou despesas no resultado do exercício em determinado momento, não obstante, figurando nas notas explicativas, porém sem uniformização de critérios mínimos de apresentação.

2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Baseado no exposto acima, pode-se formular o seguinte problema: Em consonância com as disposições da Teoria Contábil, qual a forma de contabilização, padronização e apresentação dos Fundos de Desenvolvimentos geridos pelas Agências de Fomento no Brasil em seus Demonstrativos Contábeis?

A relevância do trabalho na necessidade de uma regulamentação específica sobre a contabilização, padronização e apresentação contábil dos Fundos Administrados pelas Agências de Fomento no Brasil, não há, atualmente, como mensurar, analisando os Demonstrativos Contábeis das Agências, o volume de recursos movimentados, seus reais benefícios futuros de contribuição nos resultados operacionais e fluxos de caixa.

Estudos similares ocorrem no Brasil e no Mundo referente à evidenciação contábil de ativos e passivos, objetivando disponibilizar informações contábeis seguras aos usuários da informação, como os casos da contabilização de Derivativos e Leasing.

No caso da contabilização de Derivativos estudos demonstram a evolução do reconhecimento das normas internacionais e situações a serem harmonizadas e normatizadas no Brasil. Saunders destaca que nos EUA, em junho de 1998, o FASB publicou o FAS 133[1], que trata em linhas gerais: (2000, p. 249-251 apud OLIVEIRA, 2003, p.72)

> Os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis. Até então, tais operações tinham a natureza off-balance-sheet, ou seja, os derivativos não eram contabilizados em contas patrimoniais.

Fipecafi – Manual de Contabilidade relata a falta de harmonia na Legislação Brasileira envolvendo a contabilização de derivativos, citando o não pronunciamento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários): (2007, p.608)

> A contabilização de derivativos no Brasil é tópico bastante controverso devido à disparidade (e muita vezes falta) de normas contábeis adequadas para tal tipo de operação. [...] Nesse contexto a CVM ainda não se pronunciou sobre a contabilização de derivativos, embora tenha emitido a Instrução nº 235/95, que trata da evidenciação destes instrumentos, mas não da contabilização. Assim, A CVM ainda não harmonizou suas normas de contabilidade com as normas internacionais (emitidas pelo IASB) e norte-americana (emitidas pelo FASB) sobre derivativos, pelas quais esses instrumentos devem ser avaliados pelo seu fair value.

O Leasing Financeiro apresenta também estudos demonstrando a necessidade de contabilização e uniformização, bem como a importância da criação de legislação específica.

---

[1] FAS – Financial Accounting Standard é a sigla utilizada pelo FASB para seus pronunciamentos.

Niyama *et al.*x apresentou em seu estudo que a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 10.2, estabelece: (2007, p.608)

> Que os bens adquiridos por meio de arrendamento financeiro deverão ser integrados ao imobilizado no ativo permanente da empresa, destacados como tal. Em contrapartida as contraprestações e ao valor residual devem ser registrados no passivo circulante ou exigível a longo prazo. Anteriormente à vigência da NBC T 10.2, tratava-se como despesa para a arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas. Segundo Niyama (2000, p.60), não havia no Brasil a contabilização do bem arrendado como ativo, nem das obrigações de pagamento das contraprestações como passivo, refletindo uma operação semelhante ao aluguel. (grifo nosso)

Diante dos fatos apresentados o estudo justifica-se pelos riscos e conseqüências que podem afetar os usuários da informação, quando da análise dos demonstrativos contábeis das Agências. O não registro dos valores e informações mínimas dos Fundos geridos pode levar:

a) Uma possível omissão de valores, operações e informações podem interferir na situação econômico-financeira da Agência caracterizada pelo *off-balance-sheet*;
b) Risco para os órgãos fiscalizadores pela falta de critérios e uniformização dos valores envolvidos;
c) Uma sub-avaliação dos potenciais econômicos das Agências, fragilidades nos índices financeiros e, conseqüentemente, riscos na tomada de decisão;

De forma positiva o registro dos valores geridos dos Fundos pelas Agências poderia contribuir, dentre outros, para abertura de novos estudos de valores não reconhecidos nos demonstrativos, os denominados *off-balance-sheet*, eliminando as subjetividades das evidenciações por profissionais contábeis e Diretores, tornando os demonstrativos contábeis peça relevante na tomada de decisão bem como evitado a ocorrência de novos escândalos contábeis.

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada tomou como base dois tipos de pesquisa: a exploratória e a documental. Na fase conceitual utilizou-se de estudos exploratórios, que segundo Cervo & Bervian (2002, p. 69), restringe-se "a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo".

Pode-se dizer, mais especificamente, que envolveu o método de levantamento bibliográfico, o qual teve como objetivo inserir conhecimentos da teoria da contabilidade

referente a conceitos de ativos, a fim de aumentar a compreensão sobre o tema, e propiciar subsídios para a formulação dos modelos de hipóteses. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2002, p.36)

A segunda etapa envolveu a pesquisa documental, que conforme Gil (2002, p.45) é aquela que "vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico". Nesta etapa encontra-se todas as amostras que foram colhidas através do referido método.

Este método necessita de uma precisão completa sobre o tema abordado. Em face da variabilidade amostral, poder-se-ia não ter certeza de quais eram os verdadeiros parâmetros da população, assim optou-se pelo único método aceitável: o censitário. (STEVENSON, 1981, p. 161)

Utilizou-se dados de 12 Agências, representando 100% por centro do universo das Agências de Fomento autorizadas a operar no Brasil. Esses dados foram obtidos dos Demonstrativos Contábeis a disposição no site do BACEN, que torna público, a cada trimestre, as informações sobre tais instituições financeiras através do IFT (Informações Financeiras Trimestrais), o qual é apresentado relatório de revisão especial por auditores independentes.

O Banco Central é o responsável, dentre outras funções, por "garantir a estabilidade do sistema econômico do ponto de vista monetário, o que inclui [...] a solvabilidade do sistema bancário". (PAULANI & BRAGA, 2003) Vê-se nesta afirmação a importância do BACEN e o que ele representa, na qual dar credibilidade aos dados utilizados neste trabalho.

Têm-se, ainda, limitações quanto à bibliografia que aborde o tema em questão, pois há uma carência quando se diz respeito a Agências de Fomento e, mais relevante ainda, Fundo de Desenvolvimento. Assim, utiliza-se como base a redação que a legislação em vigor dispõe.

4. AGÊNCIA DE FOMENTO E FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS

Em meados da década de 90, ocorreu no Brasil o processo de liquidação extrajudicial da maioria das Instituições Financeiras Estaduais por apresentarem ocorrência de fatos comprometedores da situação financeira de suas instituições. Em 18 de dezembro de 1996, foi editada a Medida Provisória nº 1.556, que estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e determinava ao Conselho Monetário Nacional regulamentar o funcionamento das Agências de Fomento.

Os Bancos tinham entre seus objetivos o fortalecimento econômico e desenvolvimento social dos Estados da Federação.

Assim, surgiu à necessidade das Unidades da Federação em criar as Agências de Fomento, objetivando a viabilização de empreendimentos econômicos, em consonância com o Plano de cada Governo, com as necessidades e potencialidades locais, almejando geração de empregos, renda e, conseqüentemente, promovendo a inclusão e o equilíbrio social.

As Agências de Fomento são, atualmente, regulamentadas pela Resolução nº 2.828 do Banco Central do Brasil - BACEN, de 30 de março de 2001, determinando sua constituição sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo acrescida à expressão "Agência de Fomento", a indicação da Unidade da Federação controladora. As permissões da sua atividade são especificadas a seguir, conforme artigos da referida Resolução:

> Art. 2º As agências de fomento somente podem praticar operações com recursos próprios e de repasses originários de:
> I – fundos constitucionais;
> II - orçamentos federal, estaduais e municipais;
> III - organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento.
> Art. 3º Às agências de fomento são facultadas:
> I – a realização de operações de financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede;
> II – a prestação de garantias, na forma da regulamentação em vigor;
> III – a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro;
> IV – a prestação de serviços de administrador de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."(grifo nosso)

Atualmente, no Brasil, 12 (doze) Estados da Federação possuem autorização para funcionamento de Agências de Fomento, conforme informações disponíveis no Site do BACEN:

1) Agência de Fomento de Goiás S.A;
2) Agência de Fomento do Amapá S.A;
3) Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A;
4) Agência de Fomento do Estado de Roraima S.A;
5) Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A;
6) Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A;
7) Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A;
8) Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A;
9) Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S.A;
10) Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A;

11) Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul S.A;

12) Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

A criação de Fundos de Desenvolvimento é facultada aos Estados da Federação do Brasil, objetivando desenvolvimento social e econômico de determinado segmento. Verifica-se nas demonstrações contábeis dessas Agências, que sua grande maioria é gestora de Fundos, e os recursos envolvidos informados (Patrimônio Liquido das Agências R$ 1.979.726 mil e Recursos informados dos Fundos R$ 863.669 mil, valores obtidos dos Demonstrativos em 30 de junho de 2006 - QUADRO 1) são relevantes, correspondendo a 43,63% dos Patrimônios Líquidos total das Agências, além de contribuírem com os seus resultados operacionais e fluxos de caixa futuros.

Os valores administrados pelas Agências não estão apresentados no balanço patrimonial, demonstração de origens e aplicações de recursos, demonstração de fluxo de caixa e valor adicionado, uma vez que o registro contábil do montante gerido dá-se através de contas de compensação, sendo reconhecido apenas o efeito de suas operações de receitas ou despesas no resultado do exercício, não obstante, figurando algumas informações em notas explicativas, porém sem critérios preestabelecidos de quais informações deverão ser divulgadas, visto a ausência de uniformização e norma existente.

Os recursos dos Fundos de Desenvolvimentos administrados pelas Agências de Fomento são valores liberados na sua maioria através de operações de crédito de empréstimo e financiamento, com taxas mais acessível que o mercado financeiro. Observa-se que os objetivos das atividades dos Fundos se confundem com os das Agências de Fomento, onde estes se utilizam da estrutura física das agências e de seus colaboradores para gerenciar os Fundos. Internamente, as Agências de Fomento necessitam, para o bom gerenciamento dos Fundos de Desenvolvimento, de sistema informatizado de controle das operações de empréstimo e financiamento; setores de atendimento, análise do comitê de crédito, liberações; setor de cobrança, e de pós-créditos para acompanhar e assessorar o sucesso e aprimoramentos dos objetivos dos Fundos, ou seja, operações do dia-a-dia da própria Agência.

Verificou-se que para o usuário externo não há distinção se a captação do empréstimo ou financiamento é proveniente de recursos próprios ou dos Fundos geridos. Enfim, se os recursos dos Fundos não estiverem sendo bem administrados, apresentando elevado índice de inadimplência, a imagem da Agência é de inoperância quanto à eficácia de cobrança, elevando os riscos de imagem e crédito da instituição.

Normalmente, a receita recebida pelas Agências da gestão desses Fundos são percentuais calculados sobre o Patrimônio do Fundo, e em alguns casos os resultados dos Fundos são revertidos para aumento de capital da própria Agência. Isso significa que quanto mais resultado positivo apresentar o Fundo maior incremento de receitas terá a Agência, ou seja, os recursos dos Fundos apresentam benefícios futuros de contribuição nos resultados e fluxos de caixa para as Agências de Fomento.

Com base no conceito de ativo, estudado pela teoria da contabilidade, e objetivando transparência e obtenção de informações que demonstre a realidade das empresas para tomada de decisão dos usuários da informação, questiona-se: qual a forma de contabilização, padronização e apresentação dos fundos de desenvolvimentos geridos pelas Agências de Fomento em seus Demonstrativos Contábeis?

5. CONCEITOS DE ATIVO

Os recursos administrados pelas Agências de Fomento são de fundamental importância na geração de resultados e fluxo de caixa futuro, influenciando nos resultados e incrementos patrimoniais. Suas operações são similares às atividades principais das Agências, não havendo distinção para os usuários externos. Os benefícios futuros gerados pelos Fundos às Agências caracterizam os recursos disponibilizados como ativos, quando se verifica os conceitos de ativo pela teoria da contabilidade.

Ativos, segundo Hendriksen & Ván Breda (1999, p.281) "são essencialmente reservas de benefícios futuros; passivos são essencialmente direitos contra esses benefícios", consubstanciando o pensamento de gerações de resultados futuros.

O entendimento da conceituação de ativo é de fundamental importância na hipótese desenvolvida sobre qual a forma da contabilização e apresentação dos Fundos nos Demonstrativos Contábeis das Agências. Iudícibus destaca a relevância do entendimento: (2000, p.129)

> É tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas. E complementa a definição de ativo com o conceito segundo Sprouse e Mooniz, no ARS nº 3, do AICPA, de 1962, ativos representam benefícios futuros esperados.

Adicionando o pensamento, Iudícibus (2000, p.131), acrescenta: "Bens incorporados por doação são ativos, da mesma forma que os adquiridos ou construídos, desde que confiram à entidade expectativas de benefícios futuros".

Hendriksen & Van Breda citam três características essenciais dos Ativos, segundo o Financial Accounting Standards Boards - Fasb: (1999, p.285)

> 1. Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras;
> 2. Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício;
> 3. A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido. (grifo nosso)

Goulart tem o entendimento similar do conceito de Ativo: (2002, p.62)

> A conceituação acertada do ativo é relevante para a correção dos procedimentos de reconhecimento contábil dos ativos, como evidencia o parecer do IASC [IASB](1989:66): 'Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que a empresa venha a receber dele benefícios econômicos futuros e o ativo tem um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis. '

Baseado no referencial teórico acima, os valores dos Fundos representam geração de resultados futuros, e, conseqüentemente, se enquadrando no conceito de ativo, onde contribui com receitas para os resultados das Agências através de percentuais calculados nos montantes de recursos envolvidos, e em alguns casos os valores podem ser revertidos para aumento de capital. A relevância dos valores envolvidos e o que podem interferir na análise dos demonstrativos das Agências estão sendo abordado a seguir.

6. CONTABILIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

Os demonstrativos contábeis e sua divulgação são fundamentais para análise da situação econômico-financeira pelos usuários da informação, contribuindo para tomada de decisões, conseqüentemente, necessitam que estejam apresentando a realidade da empresa naquele momento. Nesse pensamento, Hendriksen & Van Breda (1999, p.89), citam a importância da divulgação das informações financeiras: "O principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, ajudando-os a predizer os fluxos de caixa da empresa". (grifo nosso)

Hendriksen & Van Breda relatam alguns objetivos da contabilidade: (1999, p.89)

> A. Medir os recursos possuídos por entidades específicas;
> B. Refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nelas existentes;
> C. Medir as variações desses recursos, direitos e interesses;
> D. Atribuir as variações a períodos determináveis;

Os conceitos da teoria da contabilidade apresentam embasamento para fundamentar a forma adequada de contabilização, padronização e apresentação dos Fundos de Desenvolvimentos geridos pelas Agências de Fomento dos Estados da Federação. Conforme já relatado, as Agências são fundamentais no desenvolvimento dos Estados, os valores dos Fundos em sua maioria são superiores aos recursos próprios reconhecidos, para o cumprimento dos seus objetivos ocorrem liberações de empréstimos e financiamento, operação principal utilizada pelas Agências de Fomento para atingir também seu objetivo social. Outrossim, para o mercado e usuários externos que utilizam os recursos dos Fundos, não analisam a origem desses valores e acreditam estarem fazendo operações com Agência, ou seja, caracterizado pela posse dos recursos dos Fundos.

QUADRO 1 - TOTAL DOS FUNDOS GERIDO INFORMADOS PELAS AGÊNCIAS DE FOMENTO
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

AGÊNCIAS NO BRASIL	ATIVO*	OPERAÇÕES DE CRÉDITO*	PATRIMONIO LIQUIDO*	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO**	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO *versus* OPERAÇÕES DE CRÉDITO	REFERÊNCIA TEXTUAL**
A	37.109	-	6.477	29.937	0%	(I)
B	86.191	24.459	82.963	563.647	2304%	(II)
C	631.879	277.240	333.317	209.371	76%	(III)
D	20.228	2.304	9.443	21.513	934%	(IV)
E	6.131	3.398	4.360	6.500	191%	(V)
F	125.616	26.154	80.645	34.714	133%	(VI)
Sub-total (a)	**907.153**	**333.555**	**517.204**	**865.682**	**260%**	
G	13.333	4.332	10.628	-	0%	(VII)
H	842.544	265.409	755.329	-	0%	(VIII)
I	5.782	-	5.261	-	0%	(IX)
J	1.094.351	699.535	361.773	-	0%	(X)
L	680.653	337.439	321.382	-	0%	(XI)
M	9.431	1.063	8.149	-	0%	(XII)
Sub-total (b)	**2.646.094**	**1.307.778**	**1.462.522**	**-**	**0%**	
TOTAL (a) + (b)	**3.553.248**	**1.641.333**	**1.979.726**	**865.682**	**53%**	

Fonte: BACEN - IFT - 2º Trimestre de 2006

*Valores retirado do balanço patrimonial das agências.
**Valores e informações obtidas das Notas Explicativas das agências

Segue pontos constatados na análise dos demonstrativos das Agências e Notas explicativas - Quadro 1, seguindo a referência textual que consta na última coluna:

(I) – As informações em nota explicativa não esclarecem se o valor apresentado trata-se do montante global do fundo ou do saldo financeiro de disponibilidade para aplicação, caracterizando a subjetividade do seu funcionamento, e obrigações para o analista dos demonstrativos contábeis;

(II) – Há, em nota explicativa, informações sobre a gestão de fundos estaduais. No entanto, os valores apresentados causam dúvidas quanto ao seu montante, devido à fragilidade da legislação atual;

(III) – Consta, em nota explicativa, informações sobre administração de fundos estaduais e que sua forma de contabilização é através de contas de compensação, apresentando saldo de R$ 46 mil, em outras obrigações, não especificando os benefícios futuros que esses recursos trazem para as Agências, bem como o efeito no fluxo de caixa;

(IV) – Existem, em nota explicativa, informações sobre administração de fundos estaduais, sem apresentação dos seus valores. No entanto, no relatório da administração do segundo trimestre informa que foram liberados R$ 21.513 mil;

(V) – Apresenta informações em nota explicativa sobre administração de fundos estaduais, sem apresentação dos seus valores. No entanto, no demonstrativo publicado do primeiro semestre de 2006, apresenta o valor de R$ 6.500 mil registrado em contas de compensação.

(VI) – As informações em nota explicativa não esclarecem se o valor apresentado trata-se do montante global do fundo ou do saldo da sua disponibilidade, causando subjetividade nos valores envolvidos e efeitos reais nos demonstrativos da Agência;

(VII) – A nota explicativa apresenta informações sobre administração de fundos estaduais, sem apresentação dos seus valores, especificando que é gestor de parte de recursos financeiros fazendo jus à taxa de administração de 3% a.a, calculada sobre o volume de recursos administrados de cada fundo de financiamento estadual. No entanto, os valores não são registrados no Ativo, nem são informados os efeitos no fluxo de caixa da empresa e cuidados dos usuários das informações quando da análise dos Demonstrativos contábeis.

(VIII) – Consta, apenas em nota explicativa, informações a sobre administração de fundos estaduais, sem apresentação dos seus valores, constando apenas que é gestora de três fundos estaduais, sem apresentar os benefícios futuros ou riscos inerentes quando da análise dos demonstrativos pelos usuários da informação;

(IX) – Em nota explicativa consta informações sobre administração de fundos estaduais e que sua forma de contabilização é através de contas de compensação, não

mencionando o montante dos recursos do fundo administrados, descreve que se trata de empréstimos concedidos a terceiros, acrescidos dos encargos legais pactuados, não havendo qualquer grau de risco compromissado com o patrimônio da Agência, haja visto que a Agência é mera administradora dos Fundos, os riscos operacionais não foram levados em conta na descrição da nota.

(X) – Não apresentam informações complementares em nota explicativa que possa avaliar se são gestoras de fundo de desenvolvimentos;

(XI) – Não constam, em nota explicativa, informações se a Agência gerencia fundos de desenvolvimentos, bem como se tem influência no fluxo de caixa da Agência.

(XII) – Não consta informação sobre administração de fundos estaduais, nem apresentação dos seus valores.

O Quadro 1 demonstra os valores informados pelas Agências de Fomentos nos IFT – Informação Financeira Trimestral, exigidos pelo BACEN, dos recursos que são regidos dos Fundos de desenvolvimentos. Observa-se que no primeiro grupo de Agências, representadas pelas primeiras seis letras "A a F", na qual houve valores informados dos recursos geridos de R$ 865.682 mil, correspondendo a 260% das operações de créditos no valor de R$ 333.555 mil. O comparativo com as operações de créditos é em função, conforme já relatado anteriormente, que os recursos dos fundos de desenvolvimentos são valores liberados através de empréstimos e financiamentos a taxa mais acessível no Mercado, e, conseqüentemente, objetivo principal das Agências de Fomento.

O montante de recursos envolvidos quando comparado com o Patrimônio Líquidos das Agências representa 167,38% a maior, evidenciando a relevância dos Fundos, bem como a sua influência no fluxo de caixa que causa nessas instituições, e o efeito nos demonstrativos financeiros e demonstrativos do Valor Adicionando quando nas suas análises não forem levando em conta os potenciais econômicos envolvidos e riscos.

O segundo grupo de Agências, representadas no Quadro 1, das letras "G a M", não constam valores informados de recursos de Fundos geridos por elas, mas de acordo com os comentários da referência textual acima, a maioria informa que é gestora. Enfim, os recursos dos Fundos são muito superiores aos informados no Quadro 1, reforçando a importância e necessidade de criação de normas que definam a forma de contabilização, padronização e apresentação nos demonstrativos contábeis das Agências, disponibilizando aos usuários das informações contábeis ferramentas reais da situação econômico-financeira das instituições.

Diante do exposto, verifica-se a existência de subjetividade quanto ao reconhecimento contábil e apresentação das informações, sendo enfatizado através da apresentação de

exemplos de Balanços Patrimoniais dos casos das Agências de Fomento nos Quadros 2 e 3 - Agência (B), Quadros 4 e 5 - (D), Quadros 6 e 7 - (E) e Quadros 8 e 9 - (I) a seguir demonstrados, as referencias estão vinculadas ao Quadro 1, comparando com possível registro dos recursos dos Fundos nesses demonstrativos:

QUADRO 2 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "B"
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**71.857**	**83%**	**CIRCULANTE**	**2.977**	**3%**
DISPONIBILIDADES	**250**		OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	**69**	**0%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	**31.407**	**36%**	Instituições Oficiais	69	0%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**26.987**	**31%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.908**	**3%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**11.477**	**13%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	6	0%
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	13.782		Sociais e Estatutárias	1.631	2%
(Provisão para Operações de Crédito)	(2.305)		Fiscais e Previdenciárias	235	0%
OUTROS CRÉDITOS	**1.725**	**2%**	Diversas	1.037	1%
OUTROS VALORES E BENS	11				
NÃO CIRCULANTE	**14.334**	**17%**	**NÃO CIRCULANTE**	**251**	**0%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**13.791**	**16%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	251	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-		OBRIGAÇÕES POR REPASSE	251	0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**12.982**	**15%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	13.098		Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(115)		Diversas	-	
OUTROS CRÉDITOS	808				
PERMANENTE	**543**	**1%**			
INVESTIMENTOS	-		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**82.963**	**96%**
IMOBILIZADO DE USO	**517**		CAPITAL	**79.915**	
Outras Imobilizações	1.250	1%	De Domiciliados no País	79.915	93%
(-) Depreciações Acumuladas	(734)		RESERVAS DE LUCROS	1.033	1%
DIFERIDO	27		LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	2.014	2%
TOTAL DO ATIVO	**86.191**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**86.191**	**100%**

Fonte: BACEN – IFT 2° Trimestre de 2006.

(B) Na análise de seus Demonstrativos Contábeis, e em especial no Balanço Patrimonial acima, verifica-se que os valores dos Fundos de Desenvolvimentos Administrados pela Agência, no valor de R$ 563.647 mil, são maiores que seu próprio Patrimônio Líquido, no valor de R$ 82.963 mil, entretanto se faz necessário para um melhor entendimento, o esclarecimento das seguintes questões:

1. qual a sistemática de funcionamento do Fundo?
2. qual a remuneração da Agência?
3. quanto de receita, custos e despesas foi gerado no período?
4. os valores dos Fundos de Desenvolvimento não deveriam ser registrados como Ativo?

Em virtude da falta normatização específica sobre o assunto as indagações não possuem repostas caras nos demonstrativos contábeis das Agências. Conseqüentemente, não tem como avaliar os seus potencias financeiros e riscos por ventura existentes. Caso os recursos fossem alocados no Balanço Patrimonial demonstraria um maior volume de recursos disponíveis para gerir e gerar resultados para Empresa no curto e longo prazo, onde seu Ativo seria R$ 649.838, bem como efeito no calculo da liquidez geral e outros indicadores de análise da situação.

QUADRO 3 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "B"
BALANÇO PATRIMONIAL - COM FUNDO
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**336.331**	**52%**	**CIRCULANTE**	**2.977**	**0%**
DISPONIBILIDADES	**250**	**0%**	OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	**69**	**0%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	**31.407**	**5%**	Instituições Oficiais	69	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**26.987**	**4%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.908**	**0%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**275.951**	**42%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	6	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	13.782	2%	Sociais e Estatutárias	1.631	0%
(Provisão para Operações de Crédito)	(2.305)		Fiscais e Previdenciárias	235	0%
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***	264.475	41%	Diversas	1.037	0%
OUTROS CRÉDITOS	**1.725**	0%			
OUTROS VALORES E BENS	11				
NÃO CIRCULANTE	**313.506**	**48%**	**NÃO CIRCULANTE**	**563.898**	**87%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**312.963**	**48%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	563.898	87%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-		OBRIGAÇÕES POR REPASSE	251	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**312.155**	**48%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	13.098	2%	Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(115)		Diversas	-	
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***	299.172	46%			
OUTROS CRÉDITOS	808		OFF-BALANCE-SHEET	563.647	87%
PERMANENTE	**543**	**0%**	Fundos de Desenvolvimentos	563.647	
INVESTIMENTOS	-				
IMOBILIZADO DE USO	**517**		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**82.963**	**13%**
Outras Imobilizações	1.250	0%	CAPITAL	**79.915**	
(-) Depreciações Acumuladas	(734)		De Domiciliados no País	79.915	**12%**
DIFERIDO	27		RESERVAS DE LUCROS	1.033	
			LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	2.014	
TOTAL DO ATIVO	**649.838**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**649.838**	**100%**

* Os valores foram alocados no curto e longo prazo com base nas proporções das operações de créditos com recursos próprios, devido a falta de informações necessárias, também não se sabe se o saldo dos valores do Fundo possui creditos incombraveis ou vencindos a mais de 360 dias, nos quais não deveriam ser configulados como ativo, **conforme Resolução 2686 - Bacen.**

QUADRO 4 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "D"
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**8.005**	**40%**	**CIRCULANTE**	**8.941**	**44%**
DISPONIBILIDADES	**1.363**	**7%**	OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	**1.561**	**8%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	**3**	**0%**	Instituições Oficiais	1.561	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**-**	**0%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**7.380**	**36%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.155**	**6%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	2.996		Sociais e Estatutárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(1.842)		Fiscais e Previdenciárias	405	**2%**
OUTROS CRÉDITOS	**3.486**	**17%**	Diversas	6.974	34%
OUTROS VALORES E BENS	**1.999**	**10%**			
NÃO CIRCULANTE	**12.223**	**60%**	**NÃO CIRCULANTE**	**1.844**	**9%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**12.106**	**60%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	1.844	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**10.956**	**54%**	OBRIGAÇÕES POR REPASSE	1.844	9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.150**	**6%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	2.721		Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(1.572)		Diversas	-	
OUTROS CRÉDITOS	-				
PERMANENTE	**117**	**1%**			
INVESTIMENTOS	-		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**9.443**	**47%**
IMOBILIZADO DE USO	**117**		CAPITAL	**8.849**	
Outras Imobilizações	295		De Domiciliados no País	8.849	44%
(-) Depreciações Acumuladas	(178)		RESERVAS DE LUCROS	24	
DIFERIDO	-		LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	570	3%
TOTAL DO ATIVO	**20.228**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**20.228**	**100%**

Fonte: BACEN – IFT 2º Trimestre de 2006.

(D) A empresa apresenta Ativo Total registrado em seu Balanço Patrimonial de R$ 20.228 (mil). As Notas Explicativas divulgam que os valores dos recursos dos Fundos são aplicados em Operações de Créditos de Empréstimos, e seus resultados utilizados para aumento de capital da Agência, sendo os valores dos Fundos informados, equivalentes ao do Ativo apresentando. Indaga-se:

1. O valor apresentado no ativo seria a base para análise de benefícios futuros total da empresa?
2. A análise da Agência não deveria considerar o valor do Ativo (somando-se com os recursos do Fundo) totalizando-se em, valores aproximados de R$ 42.000 (mil)?
3. Não seria esse o valor base para os benefícios futuros?

4. Qual a relevâncias dos valores do Fundo nos resultados e saúde financeira da empresa?
5. Que informações mínimas deveriam ser apresentadas em Notas Explicativas?

O quadro abaixo inclui os recursos dos Fundos no Balanço da Empresa, onde demonstra em comparativo com o Quadro 4 um volume de recursos bem superior, e, conseqüentemente, maior porte e complexidade da empresa.

QUADRO 5 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "D"
BALANÇO PATRIMONIAL COM FUNDOS
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**18.784**	**45%**	**CIRCULANTE**	**8.941**	**21%**
DISPONIBILIDADES	**1.363**		OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	**1.561**	**4%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	**3**	**0%**	Instituições Oficiais	1.561	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**-**	**0%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**7.380**	**18%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**11.933**	**29%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	2.996	7%	Sociais e Estatutárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(1.842)		Fiscais e Previdenciárias	405	1%
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos** *	10.779	26%	Diversas	6.974	17%
OUTROS CRÉDITOS	3.486				
OUTROS VALORES E BENS	1.999				
NÃO CIRCULANTE	**22.957**	**55%**	**NÃO CIRCULANTE**	**23.357**	**56%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**22.840**	**55%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	23.357	56%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**10.956**	**26%**	OBRIGAÇÕES POR REPASSE	1.844	4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**11.884**	**28%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	2.721	7%	Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(1.572)		Diversas	-	
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos** *	10.734	26%			
OUTROS CRÉDITOS	-		OFF-BALANCE-SHEET	21.513	52%
PERMANENTE	**117**	**0%**	Fundos de Desenvolvimentos	21.513	
INVESTIMENTOS	-				
IMOBILIZADO DE USO	**117**		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**9.443**	**23%**
Outras Imobilizações	295	1%	CAPITAL	**8.849**	
(-) Depreciações Acumuladas	(178)		De Domiciliados no País	8.849	21%
DIFERIDO	-		RESERVAS DE LUCROS	24	
			LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	570	1%
TOTAL DO ATIVO	**41.741**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**41.741**	**100%**

* Os valores foram alocados no curto e longo prazo com base nas proporções das operações de créditos com recursos próprios, devido a falta de informações necessárias, também não se sabe se o saldo dos valores do Fundo possui creditos incombraveis ou vencindos a mais de 360 dias, nos quais não deveriam ser configulados como ativo, **conforme Resolução 2686 - Bacen.**

FARN

QUADRO 6 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "E"
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**5.435**	**89%**	**CIRCULANTE**	**1.772**	**29%**
DISPONIBILIDADES	2	0%	OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	-	0%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	-	0%	Instituições Oficiais	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.949	32%	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.772	29%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.874	47%	Cobrança e Arrecadação de Tributos	59	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	3.627		Sociais e Estatutárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(753)		Fiscais e Previdenciárias	63	1%
OUTROS CRÉDITOS	480	8%	Fundos Financeiros e de Desenvolvimentos	714	12%
OUTROS VALORES E BENS	130	2%	Diversas	935	15%
NÃO CIRCULANTE	**696**	**11%**	**NÃO CIRCULANTE**	**-**	**0%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**523**	**9%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	0%	OBRIGAÇÕES POR REPASSE	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	523	9%	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	523		Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Diversas	-	
OUTROS CRÉDITOS	-				
PERMANENTE	**172**	**3%**			
INVESTIMENTOS	8		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**4.360**	**71%**
IMOBILIZADO DE USO	164		CAPITAL	10.705	
Outras Imobilizações	507	8%	De Domiciliados no País	10.705	175%
(-) Depreciações Acumuladas	(342)		RESERVAS DE LUCROS	81	
DIFERIDO	-		LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	(6.427)	-105%
TOTAL DO ATIVO	**6.131**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**6.131**	**100%**

Fonte: BACEN – IFT 2° Trimestre de 2006.

(E) Conforme questionamento efetuado no item anterior, essa Agência apresenta situação semelhante. No entanto, adicionam-se as seguintes questões:

1. A inadimplência dos recursos liberados dos Fundos, através de empréstimos e financiamentos pode interferir na credibilidade externa da Agência?
2. Os índices de inadimplência dos Fundos são compatíveis com a inadimplência de recursos próprios?
3. Se a remuneração da Agência pela gestão dos Fundos é um percentual sobre o patrimônio líquido do Fundo, conforme informações em Nota explicativa, não caracterizaria esses valores como Ativos da Agência por trazer benefícios futuros de resultado e fluxo de caixa?

Então, quando alocado os recursos do Fundo, Quadro abaixo, demonstra maior volume de recursos aplicados em Operações de Créditos, objeto da entendi, bem

como subjetividade dos indicadores de análise de desempenho quando comparado com o Quadro 6.

QUADRO 7 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "E"
BALANÇO PATRIMONIAL COM FUNDOS
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**10.934**	**87%**	**CIRCULANTE**	**1.772**	**14%**
DISPONIBILIDADES	**2**		OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	-	**0%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	-	**0%**	Instituições Oficiais	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**1.949**	**15%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.772**	**14%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**8.373**	**66%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	59	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	3.627	29%	Sociais e Estatutárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	(753)		Fiscais e Previdenciárias	63	
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***	5.499	44%	Fundos Financeiros e de Desenvolvimentos	714	6%
OUTROS CRÉDITOS	480		Diversas	935	7%
OUTROS VALORES E BENS	130				
NÃO CIRCULANTE	**1.697**	**13%**	**NÃO CIRCULANTE**	**6.500**	**51%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.525**	**12%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	6.500	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	**0%**	OBRIGAÇÕES POR REPASSE	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.525**	**12%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	523	4%	Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Diversas	-	
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***	1.001	8%			
OUTROS CRÉDITOS	-		OFF-BALANCE-SHEET	6.500	51%
PERMANENTE	**172**	**1%**	Fundos de Desenvolvimentos	6.500	
INVESTIMENTOS	**8**				
IMOBILIZADO DE USO	**164**		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**4.360**	**35%**
Outras Imobilizações	507		CAPITAL	**10.705**	
(-) Depreciações Acumuladas	(342)		De Domiciliados no País	10.705	85%
DIFERIDO	-		RESERVAS DE LUCROS	81	
			LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	(6.427)	-51%
TOTAL DO ATIVO	**12.631**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**12.631**	**100%**

* Os valores foram alocados no curto e longo prazo com base nas proporções das operações de créditos com recursos próprios, devido a falta de informações necessárias, também não se sabe se o saldo dos valores do Fundo possui creditos incombraveis ou vencindos a mais de 360 dias, nos quais não deveriam ser configulados como ativo, **conforme Resolução 2686 - Bacen.**

QUADRO 8 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "I"
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**5.763**	**100%**	**CIRCULANTE**	**521**	**9%**
DISPONIBILIDADES	306	5%	OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	-	0%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	-	0%	Instituições Oficiais	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.291	92%	OUTRAS OBRIGAÇÕES	521	9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0%	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	-		Sociais e Estatutárias	111	2%
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Fiscais e Previdenciárias	65	1%
OUTROS CRÉDITOS	143	2%	Fundos Financeiros e de Desenvolvimentos	82	1%
OUTROS VALORES E BENS	22	0%	Diversas	263	5%
NÃO CIRCULANTE	19	0%	**NÃO CIRCULANTE**	-	0%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	0%	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-		OBRIGAÇÕES POR REPASSE	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	-		Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Diversas	-	
OUTROS CRÉDITOS	-				
PERMANENTE	19	0%			
INVESTIMENTOS	1		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	5.261	91%
IMOBILIZADO DE USO	18		CAPITAL	4.770	
Outras Imobilizações	102	2%	De Domiciliados no País	4.770	82%
(-) Depreciações Acumuladas	(84)		RESERVAS DE LUCROS	84	
DIFERIDO	-		LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	407	7%
TOTAL DO ATIVO	**5.782**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.782**	**100%**

Fonte: BACEN – IFT 2° Trimestre de 2006.

(I) No item IX acima, como pode relatar em nota explicativa que não existe risco, se as operações para os usuários externos são realizados pela Agência, não ocorrendo distinção entre os recursos próprios e dos fundos, principalmente, quando analisa o Balanço Patrimonial da empresa acima, demonstra que ela não tem recursos aplicados em Operações de Créditos. No entanto, em nota fica caracterizado que as operações de créditos são através de recursos do Fundo. Então, questiona-se:

1. Qual seria o risco da imagem da instituição e de créditos liberados?
2. A qualidade da gestão interfere nas receitas geradas?
3. O mal uso dos recursos não podem interferir na credibilidade de uma instituição regida pelo BACEN?

O quadro abaixo não foi possível mensurar nem visualizar os impactos dos recursos dos fundos na gestão da empresa, bem como os riscos que poderia ocasionar.

QUADRO 9 - AGÊNCIA DE FOMENTO - "I"
BALANÇO PATRIMONIAL COM FUNDOS
Em 30/06/2006 - em milhares de reais

ATIVO	2007	AV%	PASSIVO	2007	AV%
CIRCULANTE	**5.763**	**100%**	**CIRCULANTE**	**521**	**9%**
DISPONIBILIDADES	**306**		OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS	-	**0%**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDE	-	**0%**	Instituições Oficiais	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**5.291**	**92%**	OUTRAS OBRIGAÇÕES	**521**	**9%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	**0%**	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	-	0%	Sociais e Estatutárias	111	2%
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Fiscais e Previdenciárias	65	1%
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***		0%	Fundos Financeiros e de Desenvolvimentos	82	1%
OUTROS CRÉDITOS	143		Diversas	263	5%
OUTROS VALORES E BENS	22				
NÃO CIRCULANTE	**19**	**0%**	**NÃO CIRCULANTE**	-	**0%**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	**0%**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-		OBRIGAÇÕES POR REPASSE	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	-		Fiscais e Previdenciárias	-	
(Provisão para Operações de Crédito)	-		Diversas	-	
Empréstimos e Financiamentos - **Fundos ***		0%			
OUTROS CRÉDITOS	-		OFF-BALANCE-SHEET	-	0%
PERMANENTE	**19**	**0%**	Fundos de Desenvolvimentos *	-	
INVESTIMENTOS	**1**				
IMOBILIZADO DE USO	**18**		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.261**	**91%**
Outras Imobilizações	102	2%	CAPITAL	**4.770**	
(-) Depreciações Acumuladas	(84)		De Domiciliados no País	4.770	82%
DIFERIDO	-		RESERVAS DE LUCROS	84	
			LUCROS OU (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	407	7%
TOTAL DO ATIVO	**5.782**	**100%**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.782**	**100%**

* Os valores não apresentados devido a falta de informações em Nota Explicativa.

Enfim, a forma de contabilização, padronização e apresentação dos Fundos de Desenvolvimentos geridos pelas Agências de Fomento no Brasil em seus Demonstrativos Contábeis podem ter efeitos de distorções quando da análise desses Demonstrativos. Os valores não registrados nos Balanços (*off-balance-sheet)* das empresas podem causas riscos e gerar escândalos. Fugi e Carvalho relata, no seu artigo "*Earnings Management* no contexto bancário brasileiro"[2], o que pode causar a subjetividade na elaboração das demonstrações: (2005,p.3)

> A flexibilidade dos princípios e normas contábeis, ao permitir uma margem de arbitrariedade na elaboração das demonstrações contábeis, pode propiciar a apresentação de informações contábeis pautadas nos interesses dos gestores das empresas. As demonstrações contábeis, mesmo em conformidade com a legislação vigente, podem não retratar de forma fidedigna a realidade econômico- financeira das entidades, o que vai contra os interesses dos usuários da informação contábil.
> O caso Enron é um dos escândalos contábeis que se caracterizou tanto pelo uso de *Earnings Management* quanto pelas fraudes. De acordo com *USGAAP- Generally Accepted Accounting Principles*, a constituição de Sociedades de Propósito Específico (SPE) é permitida, sendo que sua consolidação não se configura regra. O *FASB (Financial Accounting Stardards Board)* exige a consolidação das SPE apenas no balanço da controladora. A Enron, através de participações cruzadas e minoritários, diluiu sua participação e eximiu as SPE da obrigatoriedade de consolidação, omitindo prejuízos.

O Quadro 1 demonstra à relevância dos valores envolvidos dos Fundos, o potencial de benefícios futuros que eles podem representar para as Agências, e de acordo com os questionamentos efetuados nos exemplos acima, a necessidade urgente de criação de norma específica para o reconhecimento contábil e apresentação desses valores, como forma de padronização, e tornando os demonstrativos contábeis à realidade para uma análise econômico-financeira das Agências.

A contabilização dos recursos dos Fundos no ativo das Agências contribui para a transparência dos valores envolvidos, bem como evitando que possíveis problemas, que possam comprometer a existência da empresa, sejam alertados aos usuários das informações em tempo oportuno na análise dos demonstrativos contábeis.

---

[2] Contabilidade Criativa no contexto bancário brasileiro

7. CONCLUSÃO

As Agências de Fomentos tem papel importante no desenvolvimento de seus Estados Controladores, contribuindo para geração de empregos, renda e, conseqüentemente, promovendo a inclusão e o equilíbrio social. Assim, seus Demonstrativos Contábeis devem disponibilizar ferramentas para mensurar o volume de recursos movimentados e seus reais benefícios futuros de contribuição nos resultados operacionais e fluxos de caixa.

O presente trabalho demonstrou que os Fundos de Desenvolvimentos são ativos a luz da teoria contábil, visto que contribuem com benefícios futuros, e conseqüentemente, deveria ser registrado no Balanço Patrimonial em contas Ativo, sendo considerado também os efeitos no demonstrativo de Origens e Aplicação de recursos, Fluxo de Caixa e Valor adicionado.

O resultado das análises dos demonstrativos informados pelas Agências de Fomentos nos IFT – Informação Financeira Trimestral – demonstrou que não existe contabilização, padronização e apresentação dos Fundos de Desenvolvimentos geridos pelas Agências de Fomento no Brasil em seus Demonstrativos, necessitando de regulamentação específica para contabilização e evidenciação, nas quais os usuários das informações possam avaliar nas peças contábeis seus reais benefícios futuros de contribuição, efeitos nos resultados operacionais e fluxos de caixa das Agências.

A Teoria da Contabilidade disponibiliza conhecimentos e parâmetros para aplicação na prática profissional, abrindo horizontes para questionamentos dos valores informados em seus demonstrativos contábeis, contribuindo para maior transparência da situação econômico-financeira. O trabalho apresentado abre caminho para novos estudos de valores não reconhecidos nos demonstrativos, os denominados off-balance-sheet, eliminando as subjetividades das evidenciações por profissionais contábeis e Diretores, tornando os demonstrativos relevante na tomada de decisão, bem como evitados novos escândalos contábeis.

A pesquisa limitou-se aos dados e informações disponíveis no site do Banco Central do Brasil, relacionados aos Demonstrativos Contábeis das Agências de Fomento, por causa da falta de disponibilidade nos sites, da maioria das Instituições, dos Demonstrativos Contábeis publicados acompanhados dos pareces de Auditores independentes. O acesso as informações poderia complementar o volume de recursos dos fundos de desenvolvimentos, apresentados no Quadro 1, bem como a opinião dos auditores independentes referente ao problema levantado.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de, **Como Preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:< **http://www.bacen.gov.br** >. Acesso: em 28 nov. de 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Cientifica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro Produtos e Serviços**, 14. ed. São Paulo Qualitymark, 2001.

FUGI, Alessandra Hirano; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. *Earnings Management* no Contexto Bancário Brasileiro.**Congresso USP. 52. anais.** 2005. São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, André Moura Cintra. O Conceito de Ativos na Contabilidade: Um Fundamento a ser Explorado. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo n. 28, p. 56-65, janeiro/abril 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução da 5ª edição.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações – aplicável às demais sociedades. **FIPECAFI –Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FEA/USP,** 7 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexandro Broedel; LIMA, Iran Siqueira. Perspectivas para a Pesquisa em Contabilidade: O Impacto dos Derivativos. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo n. 26, p. 25-41, maio/agosto 2001.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

NIYAMA, Jorge Katsumi; BARBOSA, E. J. P.; CAVALCANTI, R. F. V.; LEITE, D. C. C.. Contabilização das operações de leasing: avaliação do nível de aderência da norma técnica 10.2 do Conselho Federal de Contabilidade à luz das Normas Internacionais de Contabilidade do IASB. **Seminário USP de Contabilidade. 2. anais**. 2002. São Paulo.

OLIVEIRA, Jaildo Lima de. **A Aplicação e a Evidenciação do Hedge Accounting nas Demonstrações Contábeis de Bancos Brasileiros em 2002**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2003.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social.** São Paulo: Saraiva, 2003.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.

TAVARES, Rosana. A Função Financeira da Empresa e a Evidenciação Contábil dos Instrumentos Derivativos. **SEMEAD-FEA-USP.8.anais.** São Paulo, 11 a 12 de agosto de 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.